

RESENHA

Kostas Vlassopoulos, *Unthinking the Greek Polis: Ancient Greek History Beyond Eurocentrism*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2007. 288p. ISBN 978-0-521-87744-2.

Fábio Augusto Morales¹

Purcell discorda de Finley, que se opunha a Rostovzeff, que era contra Weber, que não aceitava Meyer, que refutou Bucher... A quadrilha primitivistas/modernistas ganha mais um membro, Kostas Vlassopoulos, que em seu *Unthinking the Greek Polis: Ancient Greek History beyond Eurocentrism*, publicado em 2007, se insere na (quase tradicional) crítica do primitivismo na História Antiga. Não vem só: traz consigo algumas das mais importantes correntes teóricas surgidas no final do século XX – o pós-modernismo, o pós-colonialismo, o mediterraneanismo, e a teoria dos sistemas-mundo. Com este arsenal, K. Vlassopoulos se volta contra a chamada “ortodoxia da História da Grécia”, identificada em quase todo o livro com a obra de M. Finley, historiador falecido em 1986, mas cujas teses permanecem ainda como contraponto primordial na afirmação de novas abordagens. Para melhor analisar a inserção do livro de Vlassopoulos nesta “quadrilha”, discutiremos seus objetivos e sua estrutura para, em seguida, problematizarmos algumas questões colocadas ou não pelo livro.

Dois são os objetivos explícitos do livro: criticar a ortodoxia e propor um modelo alternativo para a “História da Grécia”. O autor aponta alguns dos principais pressupostos desta ortodoxia: (1) a História da Grécia é parte da História da Europa; (2) a História da Grécia é uma etapa da evolução da humanidade na direção do Ocidente moderno, base para todas as comparações (pólis x Estado Nacional; economia antiga x capitalismo; cidade consumidora x cidade produtora); (3) a pólis, “princípio organizador” da História da Grécia, é uma entidade autárquica e autônoma. Contra tais pressupostos, o autor atualiza argumentos modernizantes na proposição de uma alternativa: para o autor, a História da Grécia não pode ser isolada da História do Mediterrâneo ou do Oriente Próximo, assim como se deve descartar qualquer teleologia, liberando desse modo as comparações com outras realidades históricas alternativas ao

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social da FFLCH-USP; membro do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo (LEIR-MA/USP).

capitalismo moderno ocidental; quanto à pólis, ela deixa de ser o único “princípio organizador”, dando espaço às diversas comunidades que se encerram ou que atravessam a pólis, além de ser vista como uma entidade aberta, inserida nas redes de circulação de bens, pessoas e ideias de sistemas-mundo, que tinham na Grécia alguns de seus centros.

O livro está estruturado em três partes. A primeira parte, “Defining the contexts of thinking about the *Polis*”, se divide em três capítulos. O primeiro é uma “An archaeology of discourses” sobre a “História Grega”, que analisa o modo como alguns discursos se tornaram hegemônicos e outros foram silenciados; particularmente importante é o período que vai da década de 1860 à Segunda Guerra Mundial, marcado pela disputa entre as posturas primitivistas e modernistas – a vitória primitivista resultaria na formulação da ortodoxia acima mencionada, silenciando com isso as teses modernistas. O segundo capítulo, “*The ancient discourses on the polis*”, discute, especificamente, os sentidos do termo na *Política* de Aristóteles; especial atenção é dada ao caráter a-histórico do conceito de pólis para Aristóteles, chamando atenção, com isso, para a inadequação de sua aplicação imediata na análise das pólis históricas. O terceiro capítulo, “Making use of Aristotle: concepts and models”, busca inspiração novamente em Aristóteles (com contribuições de Políbio), propondo, como alternativa à pólis enquanto princípio organizador da História da Grécia, quatro elementos: a análise das comunidades que não correspondem aos limites da pólis (maiores: grupos de mercenários e mercadores; menores: associações de culto); o conceito de “partes” de uma comunidade que se integram para realizar sua produção e reprodução; a análise das relações interpoladas em suas influências na comunidades da pólis; e a integração da pólis com seu ambiente externo, negando assim uma visão abstrata da pólis.

A segunda parte, “Rethinking the Contexts. The *Polis* as an entity: a critique”, se divide em dois capítulos. O primeiro, “East and West, Greece and the East: the polis vs. Oriental despotism”, busca refutar a separação absoluta entre a Grécia e o Oriente a partir da crítica da oposição pólis/despotismo oriental. Por um lado, a crítica é historiográfica: para o autor, a construção do modelo do “despotismo oriental” responde a uma postura ocidental que se reconhece no dinamismo da liberdade na pólis grega, enquanto os “outros orientais” restam estagnados no despotismo das grandes monarquias. Por outro lado, a crítica é histórica: ancorado na recente historiografia do mundo oriental, o autor reconhece nas sociedades orientais “supostamente despóticas” características semelhantes ao mundo da pólis: identidade cívica, instituições cívicas

(magistraturas e assembleias), autogoverno, deliberação política pública, sistemas cívicos de justiça e de representação pública de autoridades – tais semelhanças fazem o autor afirmar que, ao contrário do padrão vigente, as comparações da História da Grécia com as sociedades orientais devem se dar não apenas no campo econômico, mas também no político. O segundo capítulo, “The consumer city: ancient vs. medieval/modern”, se concentra na crítica da oposição entre os modelos da cidade-consumidora e da cidade-produtora como modelos explicativos, respectivamente, da estagnação da economia antiga e do dinamismo da economia medieval/moderna – o alvo principal é o livro *Economia Antiga*, de M. Finley. Após apontar as simplificações e equívocos de Finley em sua leitura das categorias weberianas, como, por exemplo, na identificação das “cidades de agricultores” (*Ackerbürgerstadt*) às “cidades-consumidoras” (*Konsummentenstadt*), K. Vlassopoulos apresenta diversos casos que demonstram que cidades antigas possuíam diversas características de “cidades consumidoras”, tais como produção manufatureira, intensa atividade exportadora e importadora, e profunda integração entre cidade, campo e redes de circulação em grande escala.

A terceira parte, “Beyond the *polis*: the *polis* as part of a *système-monde*”, se divide em cinco capítulos. No primeiro, “The polis as a unity of analysis: poleis and *koinonai*”, o autor argumenta que a pólis não pode ser entendida como uma entidade isolada, pois, como sociedade, ela por um lado não se restringe à comunidade de cidadãos (como no caso dos metecos e escravos de Atenas), e por outro ela é uma parte interdependente de um sistema-mundo (como no caso de metrópoles/*apoikiai*, confederações, *ethne* e impérios). No segundo, “Poleis and space”, o autor analisa a relação da pólis com o espaço propondo três categorias: póleis que exploram seu território para subsistência; póleis que exploram seu território tanto para subsistência quanto para comercialização; e póleis que não dependem de seu território para subsistência, utilizando redes de redistribuição, serviços e posição nos sistemas maiores. A partir desta classificação, o autor aborda a integração das póleis a regiões e sistemas-mundos específicos (como o Egeu, o Mar Negro, a Magna Grécia etc.), os movimentos de bens, pessoas, ideias e técnicas, e a questão dos centros e periferias nestes sistemas, para, por fim, propor que uma abordagem dos sistemas-mundo pode integrar na História Grega comunidades até então marginalizadas no modelo centrado na pólis, em particular a pólis de Atenas. O terceiro capítulo, “Polis and polities”, propõe um quadro teórico para a geopolítica dos “*système-monde of polities*”. Na elaboração do autor, a pólis dá lugar às “entidades políticas”, termo que incluiria desde pequenas

aldeias até grandes impérios; a interação destas diversas entidades políticas entre si e com os fluxos e redes econômicos formaria um determinado sistema-mundo político, dotado de uma lógica autônoma em relação aos sistema-mundo de natureza econômica/ecológica. Tal lógica explicaria, argumenta o autor, tanto as variações geopolíticas do sistema, quanto a ascensão e o declínio da polis. O quarto capítulo desta parte analisa as temporalidades da pólis: contra as narrativas lineares centradas na pólis (nascimento/arcaico, auge/clássico e declínio/helenístico), o autor propõe que as histórias econômica, social ou política não possuem necessariamente as mesmas periodizações. O quinto capítulo, finalmente, propõe uma nova metanarrativa da História da Grécia: trata-se de retomar as narrativas dos historiadores gregos antigos (particularmente Heródoto) das “ações de gregos e bárbaros”, agora apoiado pela conceituação dos sistemas-mundo e pela profusão de fontes provenientes da arqueologia, epigrafia e numismática. Qual seria a forma narrativa desta nova História da Grécia? O autor faz duas sugestões: a primeira é a retomada das ficções de viagem ao passado, como forma de familiarizar o leitor a instituições e culturas diferentes; a segunda, surpreendentemente, é o resgate do “discurso direto” na narrativa histórica, à moda dos diálogos de Heródoto, pelo qual o historiador poderia preencher as lacunas documentais com pequenas histórias inventadas, contanto que isso não entrasse em contradição com os fatos conhecidos.

Eis o livro, em sua potência e fraqueza. Vejamos agora, brevemente, algumas questões mais problemáticas. Em primeiro lugar, o autor toma os “Gregos” como uma entidade essencializada, desconsiderando os estudos que analisam a identidade grega como uma construção histórica e cultural. Quais são as fronteiras entre gregos e bárbaros? Quem são os gregos, quem são os bárbaros, a partir de quais pontos de vista? Tais questões não são abordadas, o que implica em uma reificação da “História da Grécia”. Em segundo lugar, ainda que seja notável a inserção da teoria dos sistemas-mundo dentro do quadro do “mediterraneanismo ecológico” (que deixa as geopolíticas mediterrânicas em uma posição marginal na análise), a prática e as idéias políticas se diluem no grande fluxo dos movimentos de pessoas, idéias e bens. Assim, se o autor se esforça em mostrar que havia na Mesopotâmia instituições políticas “democráticas”, quando são as pólis que estão em foco elas são reduzidas a entidades em busca de poder e prosperidade, não importando se são democráticas ou oligárquicas. A democracia entra na análise como exemplo de que as idéias, assim como os bens, também entram os fluxos de movimentos incessantes – se a democracia tem algum

efeito nestes mesmos fluxos, ficamos sem saber. Em terceiro lugar, os argumentos favoráveis ao retorno do “discurso direto inventado” na historiografia não são convincentes: o autor argumenta que, se determinada invenção não contradisser um fato conhecido, a narrativa continua científica. Exemplo do autor: um grego e um fenício, bebendo juntos após o trabalho no Pireu, conversam sobre política – ainda que não tenhamos documentos para este fato, ele não é improvável. Mas, poderíamos complementar, uma série de outros eventos *poderia ocorrer*: outras pessoas de outras etnias poderiam se juntar aos interlocutores iniciais, e, depois de muito vinho e algumas piadas de mau gosto, uma briga poderia ter começado, um magistrado da cidade que tentaria interferir e seria assassinado, o que iniciaria um período de caos no porto, tudo sendo resolvido alguns dias depois, com a interferência dos Onze e... Ora, não há nada que negue que isso *poderia* ter ocorrido, assim como não há nenhuma prova de que isso *ocorreu*: se na narrativa não aparecer um jovem vestido com a camisa da seleção brasileira e falando ao celular, tudo bem, tal narrativa continuaria sendo História. Continuará? Fora do ambiente pós-moderno, é de se temer que não.

Mas isso não nega o fato de que o livro de K. Vlassopoulos, parte tese de doutorado, parte panfleto, aborda questões importantíssimas para os historiadores da Grécia Antiga, que são chamados a se posicionar na nova configuração da (aparentemente) infinita quadrilha de primitivistas e modernistas, alinhada aos tempos de globalização.

